

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N° 106/XI/1ª

RECOMENDA AO GOVERNO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DAS URGÊNCIAS

Em Setembro de 2006 foi elaborada uma proposta de rede de urgências pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral, entidade nomeada na directa dependência do Senhor Ministro da Saúde Correia de Campos.

Esta proposta foi submetida a audição pública até 30 de Novembro de 2006 e foi analisada pelas administrações regionais de saúde, Direcção-Geral da Saúde e pelo INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP, tendo também sido ouvidas outras entidades, nomeadamente, a Missão para os Cuidados de Saúde Primários e a Coordenação Nacional para as Doenças Cardiovasculares.

A proposta final da Comissão Técnica previa a redistribuição geográfica dos pontos de urgência, tipificados em três modalidades:

- 42 Serviços de urgência básica (SUB);
- 27 Serviços de urgência médico-cirúrgica (SUMC);
- 14 Serviços de urgência polivalente (SUP).

A Rede proposta previa o encerramento de 15 urgências hospitalares e a desqualificação de outras 15 que, de médico-cirúrgicas, passariam a urgências básicas.

Volvidos quatro anos após o arranque da chamada “Reforma das Urgências” é uma evidência que existem graves falhas na sua implementação, nomeadamente ao nível do impacto negativo que o encerramento dos serviços de urgência tem tido nas populações.

Também no que respeita ao sistema de socorro e emergência pré-hospitalar e, apesar do crescimento que se tem verificado nos últimos anos, existem graves falhas na implementação dos meios previstos para compensar o encerramento de serviços de urgência.

O INEM como primeiro responsável pela planificação do transporte para e entre os pontos da Rede, não criou os meios indispensáveis para dar resposta ao encerramento dos diversos serviços de urgência. Faltam os meios humanos, nomeadamente enfermeiros, e as necessárias viaturas equipadas para situações de emergência.

As alterações na rede de urgências que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos e o conseqüente afastamento dos cuidados de saúde cria junto das populações um generalizado e compreensível sentimento de insegurança.

Exemplo disso é o caso de Valença, em que o País tem sido confrontado nos últimos dias com uma forte contestação por parte da população desta cidade que viu ser encerrado o seu serviço de urgência básica.

Embora o Governo tenha justificado o encerramento nocturno do SAP de Valença com as obrigações decorrentes de um Protocolo assinado em 2007, este não foi integralmente cumprido.

Acresce ainda que Valença alterou entretanto o seu estatuto administrativo sendo actualmente uma cidade, uma das principais fronteiras terrestres com Espanha, o que modifica substancialmente os pressupostos em que se

alicerçaram quer o estudo da Comissão de Requalificação das Urgências, quer o referido Protocolo.

Mas não foi só Valença que fez ecoar os seus protestos, também Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Anadia, Vouzela, Oliveira de Frades, Esposende, e outras localidades por todo o País, exprimiram o seu sentimento de revolta e pediram a reavaliação do programa de encerramento das urgências, solicitando ao Ministério da Saúde a reanálise do processo.

Devem ser criadas alternativas materiais e humanas, seguras e permanentes, que garantam aos utentes a imprescindível assistência na saúde, e neste sentido, o Ministério da Saúde deve proceder de imediato a uma reavaliação do programa de requalificação das urgências, tendo em conta a importância de dialogar com os autarcas, legítimos representantes das populações visadas.

Neste sentido, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD recomenda ao Governo:

1 - A suspensão imediata por três meses do processo de implementação de requalificação das urgências, a fim de se proceder a uma reavaliação global do programa.

2 - Que a reavaliação do programa de requalificação das urgências seja realizada em articulação directa com as autarquias visadas, no sentido de que sejam reconhecidas determinadas especificidades regionais, nomeadamente a acessibilidade das populações à prestação de cuidados de urgência alternativos.

Palácio de São Bento, 8 de Abril de 2010

Os Deputados do PSD